

Indústria quer bancos controlados

RUY VEIGA

Correspondente

São Paulo — Os empresários industriais querem que o governo efetive uma política de fiscalização rigorosa sobre os bancos, a fim de evitar que o tabelamento dos juros não caia no vazio. Entretanto, mesmo concordando que há a necessidade da fiscalização, muitos dos industriais não aceitam o tabelamento como medida eficaz contra as taxas altas.

O empresário Roberto Della Manna, coordenador do Grupo 14 da Fiesp, disse que a entidade empresarial é e sempre se manifestou assim, contrária a qualquer tipo de tabelamento de juros. No entendimento de Della Manna, o tabelamento dos juros permite aos bancos uma série de fugas e representa mais uma forma de controle do Estado sobre a economia. "Os juros devem ser encarados como um fenômeno de mercado".

Luiz Euclálio de Bueno Vidigal, presidente da Fiesp, apesar de dizer que a Fiesp é contrária ao tabelamento, paradoxalmente, afirma ter votado favoravelmente ao tabelamento na reunião telefônica do CMN (Vidigal é o representante da indústria no Conselho). Ele justificou seu voto dizendo que era a melhor alternativa diante da situação atual. "No entanto, eu sugeri que, já que iriam tabelar, por que não fazer pela ponta da captação (aplicador) e não na do tomador. Afinal, é lá que os juros crescem".

O dirigente da Fiesp comentou que os custos financeiros de todos os modos cairão, o que permitirá um maior otimismo à indústria. Ele afirma que em conjunto, o tabelamento dos juros e a padronização do

aumento salarial, provocará uma reversão na expectativa inflacionária. "Não para já, mas dentro de um mês, ocorrerá essa reversão. E aqueles que hoje gastam em bens de consumo durável, passarão a poupar, porque verão que a poupança compensa mais".

Sobre os índices para o qual irão os juros, Vidigal foi muito otimista: "Eu acredito que a uma taxa de cinco por cento, digo, uma queda de até vinte por cento". Ele disse que com isso, os custos financeiros gerais se reduzirão, permitindo uma maior poupança. Ele colocou ainda que o governo com o tabelamento dos juros conseguirá reduzir seus gastos públicos, devido a uma redução nos ágios que terá de pagar no mercado financeiro.

O empresário Horácio Cherkassky, presidente do Sindicato das Indústrias de Papel e dirigente da Fiesp, também concorda com a reversão de expectativa na inflação. Ele acredita em uma queda na atual faixa inflacionária (140 por cento). Cherkassky afirma que, no entanto, o problema dos custos financeiros terá que ser melhor equacionado, uma vez que a "ponta" da captação continua livre, o que facilitará os bancos a repassar seus valores.

Horácio Cherkassky lembrou ainda que o governo terá que fiscalizar os bancos para evitar o problema de os bancos lançarem mão de mecanismos diversos a fim de compensarem a queda dos juros. Estes mecanismos seriam: reciprocidade aumentada e investimentos paralelos.

O vice-presidente do Banco de Boston, Hervee Henrique de Campos Meirelles, por sua vez diz que ontem os juros iniciaram em um patamar mais baixo. "Anteontem falava-se em 29 por cento mais a correção mo-

netária. Ontem já se falou em 15 por cento mais correção monetária. A queda deveu-se aos efeitos primeiros do tabelamento".

SALÁRIOS

O presidente da Fiesp disse não acreditar que haja maior recessão no País, como decorrência das medidas. Para ele, haverá uma subida gradual no nível de emprego, em função da redução da taxa inflacionária e da fixação dos oitenta por cento do INPC como elemento de regulação dos salários.

Entretanto, o empresário Carlos Eduardo Uchoa Fagundes, diretor da Fiesp e coordenador dos estudos sobre nível de emprego da entidade, considera que o desemprego aumentará como produto da recessão e da contenção da demanda, em função da queda no poder aquisitivo. Uchoa Fagundes diz que os custos vão se reduzir, mas também as vendas cairão e com isso, não haverá novos empregos.

O presidente em exercício da Federação do Comércio, Abram Szajman, ao analisar o Decreto-lei nº 2.045, considerou um passo importante no combate à inflação a unificação dos reajustes em oitenta por cento, mas, para ele, constitui-se um ponto fraco da medida que o patamar seja somente em oitenta por cento e não integral, cem por cento. Sua preocupação é que com isso reduza-se o poder aquisitivo:

"O percentual de oitenta por cento seria aceitável, caso a desindexação fosse global. Ao incidir apenas sobre os salários poderá ocorrer a transferência do ônus do combate à inflação para o trabalho deixando de lado os ganhos de capital", afirmou.

Szajman disse ainda que a intenção do governo foi aumentar os ganhos da classe média assalariada.